

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

HABEAS CORPUS Nº 492.491 - TO (2019/0037194-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JEANE JAQUES LOPES DE CARVALHO TOLEDO
ADVOGADO : JEANE JAQUES LOPES DE CARVALHO TOLEDO - TO001882
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : LUIZ ALBERTO REIS (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ ALBERTO REIS contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do HC n.º 0001466-41.2019.827.0000 em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

O Paciente foi preso em flagrante delito, no dia 11/01/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e § 1.º, e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006.

Consta dos autos que, em cumprimento de mandados de busca e apreensão expedidos pelo Juízo da 1.ª Vara Criminal de Gurupi - TO, o Paciente "*e outros dois indivíduos, após associarem-se para praticar crimes de tráfico de droga de forma permanente, foram flagrados mantendo em depósito droga do tipo maconha, além de ter sido constatado que eles semearam e estavam cultivando plantas que se constituem matéria-prima para a preparação da referida droga*" (fl. 68). Na ocasião, foram apreendidas "*27 (vinte e sete) mudas de planta com aroma característico de Cannabis sativa L. (maconha), em alturas variadas entre 25 e 102 centímetros; e 2.778,9g (dois quilos, setecentos e setenta e oito gramas e nove décimos de grama), de substância vegetal ressequida vulgarmente denominada 'maconha', armazenados em forma de grandes e pequenas porções*" (fl. 68; sem grifos no original).

Irresignada com a decisão que converteu a prisão em flagrante em

preventiva, a Defesa formulou pedido de revogação da custódia, o que foi indeferido pelo Juízo de primeiro grau, e impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, tendo sido indeferido o pedido liminar.

Nas razões deste *writ*, a Impetrante alega, em suma, que não se encontram presentes os pressupostos autorizadores da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, e que o decreto prisional não apresenta fundamentação idônea.

Aduz, ainda, que o Paciente "*é primário, estudante universitário, reside com seus pais (empresários em Gurupi), nunca foi preso, processado e condenado, conforme certidão negativa de antecedentes criminais; trabalha com técnico em ar condicionado e tem excelente convívio social e familiar*" (fl. 11).

Pede, em liminar e no mérito, seja expedido alvará de soltura em favor do Paciente.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na Instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (HC 373.455/AgRg-SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe de 28/11/2016; HC 376.893/AgRg-SE, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 24/11/2016; HC 298.009/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe de 04/09/2014; HC 349.829/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe de 01/08/2016, v.g.).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve-se preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão

qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, não houve, nas decisões ordinárias, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal – cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça –, sobretudo diante do que consignou o Tribunal de origem ao indeferir a medida urgente (fls. 70-71; sem grifos no original):

"[...]

Na análise preliminar permitida, a materialidade e os indícios estão demonstrados pelo auto de prisão em flagrante, auto de exibição e apreensão, laudo de exame pericial definitivo de constatação de substância entorpecente e testemunhos dos policiais que participaram da ocorrência que culminaram prisão do paciente.

Vale salientar que a prisão do paciente se deu após prévia investigação policial, a qual ensejou a expedição de mandados de busca a apreensão, sendo que ele foi encontrado em um dos endereços objeto da busca. Na oportunidade, teria admitido aos policiais que era um dos responsáveis pelo cultivo em estufa dos pés de maconha lá localizados.

*Verifica-se ainda que a decisão objurgada encontra-se fundamentada, uma vez que o Magistrado consignou que a prisão do paciente se faz necessária visto que **'o plantio desenvolvido, bem como a quantidade de droga apreendida, indicam a existência de um substancial comércio ilícito de drogas, onde a constrição da liberdade dos representados se afigura proporcional à obstar a agressão à paz e saúde pública'**.*

Portanto, vislumbra-se que o ergástulo cautelar está motivado na manutenção da ordem pública, um dos pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

[...]".

Na situação dos autos, não se verifica, *prima facie*, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados desta Corte, notadamente porque a decisão de primeiro grau não se encontra, em juízo de cognição sumária, desprovida de fundamentação, tendo sido demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar, em virtude da significativa quantidade de substância entorpecente apreendida.

A propósito, esta Corte possui orientação no sentido de que a quantidade e a diversidade da droga apreendida é circunstância apta a justificar a segregação provisória, como se vê do seguinte julgado:

SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. NEGATIVA DE AUTORIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

3. No caso, a prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada, evidenciada pelas circunstâncias concretas extraídas do flagrante, notadamente pela grande quantidade de droga apreendida no veículo conduzido pelo paciente - 1.010,7 gramas de cocaína -, o que justifica sua segregação cautelar, para garantia da ordem pública, consoante pacífico entendimento desta Corte.

4. O fato de o paciente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva.

5. É incabível, na estreita via do habeas corpus, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria, por demandarem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

6. Habeas corpus não conhecido." (HC 452.997/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018.)

Não há, assim, teratologia a ser corrigida. A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiramente à Corte impetrada a análise, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da instância *a quo*, mormente porque o *writ*, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com base nos arts. 34, inciso XVIII, e 210, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

